



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 63.492/2025

Registro de Preços

CONTRATANTE (UASG)

000987769

OBJETO

Aquisição de pães e bolos com entrega ponto a ponto visando suprir as necessidades das secretarias municipais de Piraquara

VALOR MÁXIMO ESTIMADO

R\$ 1.259.196,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto



MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
Processo Administrativo nº 63.492/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº Municipal nº 11.001/2023, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de pães e bolos com entrega ponto a ponto visando suprir as necessidades das secretarias municipais de Piraquara conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.2.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1 O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.8.1 A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de



apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6.1 A participação nos itens 8 a 14 é destinada exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, correspondendo a cota de 25% do quantitativo do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s), conforme determina o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6.2 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos participantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2.6.3 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.6.4 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados para microempresas ou empresas de pequeno porte.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.



3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

3.6.1 o item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.



3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item anterior.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Quantidade, devendo respeitar o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do item.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estipulados.

4.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estipulados.

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle Externo, e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.11 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item



5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos,



aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o



pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 A hipótese do item anterior não será aplicada quando enquadrada a licitação, o(s) lote(s) ou o(s) item(ns) no disposto no art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal nº 11.029/2023;

5.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.



5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e correlatas disposições deste edital, e verificará eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4 Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a



Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

6.1.5 Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR;

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 151 a 159 da Lei 14.133/2021

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexecuibilidade, na hipótese tratada no item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes

6.12.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



7.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10.2 Quando necessária a averiguação de autenticidade de documento que tenha sido apresentado por cópia, o agente da Administração deverá facultar ao interessado, em prazo hábil, a apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade de autenticidade, subscrita por advogado e sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

7.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado ao disposto no art. 70, §1º e 163 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

7.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e art. 163, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023):

7.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

7.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20 Os documentos que trata este edital devem ser apresentados dentro do prazo de validade na data designada para a sessão. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias corridos anteriores à data assinalada para a



data de abertura do Pregão, exceto para os documentos que por sua natureza, não estejam sujeitos ao prazo de validade.

8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações.

8.11 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.11.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.11.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.12 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.12.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.12.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário serão ordenados conforme a sequência de classificação da licitação.

8.12.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.13 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.13.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.13.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/contratado que:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato (art. 155, inciso I):

9.1.1.1 Descumprimento parcial das obrigações contratuais sem causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse



coletivo;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato com grave dano (art. 155, inciso II):

9.1.2.1 Descumprimento parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato (art. 155, inciso III);

9.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (art. 155, inciso IV):

9.1.4.1 Não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (art. 155, inciso V):

9.1.5.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.5.4 Deixar de apresentar amostra;

9.1.5.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, inciso VI);

9.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (art. 155, inciso VII):

9.1.7.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (art. 155, inciso VIII);

9.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (art. 155, inciso IX);

9.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art.





155, inciso X):

9.1.10.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, inciso XI);

9.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (art. 155, inciso XII).

9.2 Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 Advertência;

9.2.2 Multa;

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados os critérios estabelecidos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

9.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será aplicada conforme a classificação de gravidade da infração, com percentuais fixos incidentes sobre o valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

9.4.1 INFRAÇÕES LEVES - Multa de 10% (dez por cento):

•Item 9.1.1: Inexecução parcial do contrato sem grave dano (art. 155, I);

9.4.2 INFRAÇÕES MÉDIAS - Multa de 15% (quinze por cento):



- Item 9.1.4: Deixar de entregar a documentação exigida (art. 155, IV);
- Item 9.1.5: Não manutenção da proposta (art. 155, V);
- Item 9.1.6: Não celebração do contrato ou não entrega de documentação para contratação (art. 155, VI);
- Item 9.1.7: Retardamento injustificado (art. 155, VII).

9.4.3 INFRAÇÕES GRAVES - Multa de 20% (vinte por cento):

- Item 9.1.2: Inexecução parcial do contrato com grave dano (art. 155, II);
- Item 9.1.3: Inexecução total do contrato (art. 155, III).

9.4.4 INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS - Multa de 30% (trinta por cento):

- Item 9.1.8: Documentação ou declaração falsa (art. 155, VIII);
- Item 9.1.9: Fraude na licitação (art. 155, IX);
- Item 9.1.10: Comportamento inidôneo ou fraude (art. 155, X);
- Item 9.1.11: Atos ilícitos para frustrar objetivos da licitação (art. 155, XI);
- Item 9.1.12: Atos lesivos da Lei Anticorrupção (art. 155, XII).

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Para infrações gravíssimas (itens 9.1.8 a 9.1.12), a reabilitação do sancionado poderá ser condicionada à implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.7 As infrações relacionadas à execução contratual (itens 9.1.1 a 9.1.3) serão apuradas durante a vigência do contrato, enquanto as demais infrações (itens 9.1.4 a 9.1.12) podem ser identificadas durante o processo licitatório ou execução contratual, conforme o caso.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021:

9.8.1 Em decorrência da prática das infrações gravíssimas dispostas nos itens 9.1.8 (documentação/declaração falsa), 9.1.9 (fraude na licitação), 9.1.10 (comportamento inidôneo), 9.1.11 (atos ilícitos para frustrar a licitação) e 9.1.12 (atos lesivos da Lei Anticorrupção);

9.8.2 Em decorrência das infrações graves dispostas nos itens 9.1.2 (inexecução parcial com grave dano) e 9.1.3 (inexecução total), que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

9.8.3 Em decorrência das infrações leves e médias dispostas nos itens 9.1.1 (inexecução parcial sem grave dano), 9.1.4 (não entrega de documentação), 9.1.5 (não manutenção da proposta), 9.1.6 (não celebração do contrato) e 9.1.7 (retardamento injustificado), quando as circunstâncias do caso concreto, a



natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias agravantes e os danos causados à Administração justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 168, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados."

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que

I – a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



II – a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.1.2 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta neste documento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do adjudicatário, desde que comprovado o preço vantajoso e formalizada dentro do prazo de sua vigência.

10.1.2.1 Em caso de prorrogação da vigência, poderão ser utilizadas as quantidades remanescentes ainda não consumidas, observados os limites originalmente registrados.

10.2 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.5 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.7 Após a assinatura da ata de registro de preços as contratações futuras serão formalizadas por meio da emissão de respectivas notas de empenho, as quais substituirão o instrumento de contrato, sendo o adjudicatário convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, atestar o recebimento ou retirar o referido documento.

11. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências





incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

11.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.2 Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis (06/02/2026)

11.2.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.2.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.2.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.2.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.2.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



11.2.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

11.3 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o adjudicatário não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, deverá requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação do fato superveniente que alega como causa da impossibilidade de cumprir o compromisso.

11.3.1 O adjudicatário deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.3.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o adjudicatário deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

11.3.2.1 Na hipótese de cancelamento do registro nos termos do item anterior, serão convocados os participantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

11.3.2.2 Se não houver êxito nas negociações serão adotadas as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.3.3 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, este será atualizado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.4 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o adjudicatário será convocado para negociar a redução do preço registrado.

11.4.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o adjudicatário será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.4.2 Na hipótese de cancelamento do registro nos termos do item anterior, serão convocados os participantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

11.4.3 Se não houver êxito nas negociações serão adotadas as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de protocolo eletrônico oficial utilizado no âmbito da Administração Municipal, conforme disposto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.00.1/2021.

12.3.1. O protocolo eletrônico pode ser acessado no sítio eletrônico do Município, www.piraquara.pr.gov.br, no link “SERVIÇOS ON-LINE” – “Carta de Serviços” o qual deve ser pesquisado como “impugnação” ou “esclarecimento”, ou por meio do link: <https://rb.gy/7mqvs1>, ou código QR:



12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública

observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.piraquara.pr.gov.br, no link "licitações".

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.11.2 ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

Piraquara, 07 de maio de 2026.

Rubian Mara de Paula
Secretária Municipal de Educação

Maria Cicarelli de Lima
Secretária Municipal de Assistência Social



Adriana Patricia Viana Rocha

Secretária Municipal da Cultura e Igualdade Racial

Pedro Alcindo Zaro

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Joselei Inacio Vilas Boas

Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Fernanda Daher Sabatin Machado

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	987769-PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR	ANDRE SANTIAGO	07/05/2026 13:55 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63.492/2025

1. OBJETO

Aquisição de Pães e Bolos com Entrega Ponto a Ponto Visando Suprir as Necessidades das Secretarias Municipais de Piraquara

2. PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026

3. DATA DE ABERTURA

Data da sessão: 25/05/2026

Horário: 09h00

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUBIAN MARA DE PAULA

Secretária Municipal de Educação

MARIA CICARELLI DE LIMA

Secretária Municipal de Assistência Social

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA

Secretária Municipal da Cultura e Igualdade Racial

PEDRO ALCINDO ZARO

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

JOSELEI INACIO VILAS BOAS

Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO

Secretária Municipal de Saúde



MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PRGEGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026
Processo Administrativo nº 63.492/2025
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA AQUISIÇÃO

1.1 Aquisição de Pães e Bolos com Entrega Ponto a Ponto Visando Suprir as Necessidades das Secretarias Municipais de Piraquara, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
COTA PRINCIPAL: CORRESPONDENTE A 75%(SETENTA E CINCO PORCENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO DESTINADOS A PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DESTES EDITAL.						
1	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: CHOCOLATE, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: MÍNIMO 7, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, LEITE, OVOS, FERMENTO, SAL, NATA - BOLO SABOR CHOCOLATE, ISENTO DE CORANTES E SABORIZANTES, CONTENDO 50% DE CACAU. ISENTO DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE. ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG.	465634	KG	3975	R\$ 55,73	R\$ 221.526,75



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 3 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
2	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 48 HORAS - BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: CENOURA, FUBÁ, LARANJA OU MANDIOCA. FEITO COM ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS. ISENTO DE ADITIVOS E DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS, ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE	476817 F	KG	3181	R\$ 53,91	R\$ 171.487,71



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR ASSADO UNIFORMEMENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 HORAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
3	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 48 HORAS - BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: MILHO. FEITO COM ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS. ISENTO DE ADITIVOS E DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS, ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE	476817 M	KG	3225	R\$ 26,60	R\$ 85.785,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	IMPUREZAS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR ASSADO UNIFORMEMENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 HORAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
4	PÃO BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA TIPO: TIPO FRANÇÊS/BRANCO/DE SAL - PÃO FRANÇÊS, PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO, SAL, AÇUCAR, ÓLEO E AGUA. ISENTO DE GORDURA TRANS. NÃO	460380	KG	7553	R\$ 15,22	R\$ 114.956,66



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	DEVE CONTER LEITE NOS INGREDIENTES. PESO UNITÁRIO DE 50G. ASSADO UNIFORMEMENTE, NÃO QUEIMADO OU MAL ASSADO, COM CASCA LEVEMENTE CROCANTE E MIOLO COM TEXTURA MACIA E ELÁSTICA. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO E DEVIDAMENTE SELADA. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 3 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
5	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, TIPO: DE	460403	KG	4500	R\$ 20,81	R\$ 93.645,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	FORMA, APRESENTAÇÃO: FATIADO, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL - PÃO DE FORMA, INTEGRAL, FATIADO, PRODUTO PRECISA TER NO MÍNIMO 30% DE INGREDIENTES INTEGRAIS E A QUANTIDADE DE INGREDIENTES INTEGRAIS DEVE SER SUPERIOR A DE INGREDIENTES REFINADOS CONFORME RESOLUÇÃO 712/2022. ISENTO DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, DE TEXTURA MACIA. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. ISENTO DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,					



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM PESO MÁXIMO DE 500 GRAMAS, COM VALIDADE MAXIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
6	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO: DE FORMA, TIPO ADICIONAL: DE LEITE, APRESENTAÇÃO: FATIADO, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL - PÃO DE LEITE PODENDO SER TIPO SANDUÍCHE, MANTEIGA, FORMA OU LANCHE, FATIADO, PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO, SAL, AÇUCAR, OLEO E LEITE. ISENTO DE AROMATIZANTES E DE GORDURA TRANS. DE TEXTURA MACIA, ASSADO UNIFORMEMENTE. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM	460402	KG	5850	R\$ 19,98	R\$ 116.883,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, EM EMBALAGEM DE ATÉ 500GR, COM VALIDADE MAXIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
7	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO: SEMI-DOCE, TIPO ADICIONAL: BISNAGA, CACHORRO QUENTE - PÃO DE LEITE, TIPO HOT DOG, PESO UNITÁRIO DE 50G. ASSADO UNIFORMEMENTE, DE TEXTURA MACIA. ISENTO DE GORDURA TRANS. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER	460386	KG	6300	R\$ 22,25	R\$ 140.175,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA. PODENDO CONTER DE 20 A 30 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
COTA RESERVADA: CORRESPONDENTE A 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DAS QUANTIDADES TOTAIS DO OBJETO DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP, SEM PREJUÍZO DA SUA PARTICIPAÇÃO NA COTA PRINCIPAL.						
8	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: CHOCOLATE, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: MÍNIMO 7, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, LEITE, OVOS, FERMENTO, SAL, NATA - BOLO SABOR CHOCOLATE, ISENTO DE CORANTES E SABORIZANTES, CONTENDO 50% DE CACAU. ISENTO DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE. ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE	465634	KG	1325	R\$ 55,73	R\$ 73.842,25



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 3 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
9	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 48 HORAS - BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: CENOURA, FUBÁ, LARANJA OU MANDIOCA. FEITO COM ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS. ISENTO DE ADITIVOS E DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS, ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER	476817 F	KG	1059	R\$ 53,91	R\$ 57.090,69



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR ASSADO UNIFORMEMENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 HORAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
10	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 48 HORAS - BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: MILHO. FEITO COM ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE	476817 M	KG	1075	R\$ 26,60	R\$ 28.595,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	PROCESSADOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS. ISENTO DE ADITIVOS E DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS, ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR ASSADO UNIFORMEMENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 HORAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	PÃO BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA TIPO: TIPO FRANÇÊS/BRANCO/DE SAL - PÃO FRANCÊS, PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO, SAL, AÇUCAR, ÓLEO E AGUA. ISENTO DE GORDURA TRANS. NÃO DEVE CONTER LEITE NOS INGREDIENTES. PESO UNITÁRIO DE 50G. ASSADO UNIFORMEMENTE, NÃO QUEIMADO OU MAL ASSADO, COM CASCA LEVEMENTE CROCANTE E MIOLO COM TEXTURA MACIA E ELÁSTICA. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO E DEVIDAMENTE SELADA. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,	460380	KG	2517	R\$ 15,22	R\$ 38.308,74



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MAXIMA DE 3 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
12	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, TIPO: DE FORMA, APRESENTAÇÃO: FATIADO, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL - PÃO DE FORMA, INTEGRAL, FATIADO, PRODUTO PRECISA TER NO MÍNIMO 30% DE INGREDIENTES INTEGRAIS E A QUANTIDADE DE INGREDIENTES INTEGRAIS DEVE SER SUPERIOR A DE INGREDIENTES REFINADOS CONFORME RESOLUÇÃO 712/2022. ISENTO DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, DE TEXTURA MACIA. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA	460403	KG	1500	R\$ 20,81	R\$ 31.215,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM PESO MÁXIMO DE 500 GRAMAS, COM VALIDADE MAXIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
13	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO: DE FORMA, TIPO ADICIONAL: DE LEITE, APRESENTAÇÃO: FATIADO, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL. PÃO DE LEITE PODENDO SER TIPO SANDUÍCHE, MANTEIGA, FORMA OU LANCHE, FATIADO, PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO, SAL, AÇUCAR, OLEO E LEITE. ISENTO DE AROMATIZANTES E DE GORDURA TRANS. DE TEXTURA MACIA, ASSADO UNIFORMEMENTE. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E	460402	KG	1950	R\$ 19,98	R\$ 38.961,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, EM EMBALAGEM DE ATÉ 500GR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					
14	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO: SEMI-DOCE, TIPO ADICIONAL: BISNAGA, CACHORRO QUENTE - PÃO DE LEITE, TIPO HOT DOG, PESO UNITÁRIO DE 50G. ASSADO UNIFORMEMENTE, DE TEXTURA MACIA. ISENTO DE GORDURA TRANS. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE	460386	KG	2100	R\$ 22,25	R\$ 46.725,00



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATM AT	UNID DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA. PODENDO CONTER DE 20 A 30 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.					

1.1.1 A participação nos itens 8 a 14 é destinada exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, correspondendo a cota de 25% do quantitativo do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s), conforme determina o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

1.1.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos participantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.1.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados para microempresas ou empresas de pequeno porte.



1.2 A obtenção do benefício a que se refere os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.2 Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Os itens desta aquisição não se enquadram como sendo bem de luxo, nos termos do que dispõe o Decreto Municipal nº 10.730/2023.

1.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta neste documento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do adjudicatário, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.4.1 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

1.4.2 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1 A fundamentação da aquisição e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2 A aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;

III) Id do item no PCA:

ID do Item no PCA	Código CATMAT	Item Pregão
7667, 7659	460380	4, 11
7672, 7650 e 7658	460386	7, 14
7665, 7670, 7648 e 7655	460402	6, 13
7674, 7649 e 7661	460403	5, 12
7664, 7653, 7668, 7671, 7651 e 7657	465634	1, 8
7662, 7663, 7652, 7654, 7666, 7669, 7673, 7675, 7656 e 7660	476817F	2, 9
7662, 7663, 7652, 7654, 7666, 7669, 7673, 7675, 7656 e 7660	476817M	3, 10

IV) Classe/Grupo: 3679 e 19721;

V) Identificador da futura aquisição: 987769-217/2026.

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná
Telefone: (41) 3590-3500 | www.piraquara.pr.gov.br





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - A contratada deverá conduzir todas as suas ações em estrita conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, com ênfase na observância da legislação ambiental para prevenir adversidades ao meio ambiente e proteger a saúde dos trabalhadores e demais envolvidos no fornecimento dos produtos;

II - Além disso, é responsabilidade da contratada adotar boas práticas voltadas à otimização de recursos, à redução de desperdícios e à minimização de impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Nesse sentido, deverão ser observados critérios que promovam o uso racional da água, mediante a adoção de medidas que evitem o desperdício de água tratada, bem como a priorização da utilização de equipamentos e processos que contribuam para a redução do consumo;

III - Também deverá ser assegurada a correta gestão dos resíduos gerados, com a colaboração para a coleta seletiva e a adequada segregação dos materiais recicláveis em relação aos resíduos orgânicos, sempre que couber, garantindo sua destinação ambientalmente adequada. Tais práticas deverão observar as Normas Brasileiras relativas aos resíduos sólidos e as disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, reforçando o compromisso com a sustentabilidade ambiental e a proteção da saúde pública;

IV - Ao seguir essas orientações, a contratada não apenas cumpre com suas obrigações legais, mas também contribui para a preservação ambiental, a saúde dos envolvidos e a qualidade sanitária dos alimentos preparados.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do estudo técnico preliminar.

5. ENTREGA

5.1 As entregas serão realizadas de forma parcelada, no mínimo, uma vez por semana, podendo ocorrer com maior frequência, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, e máxima trimestral, no quantitativo mínimo de 1 (um) quilograma e/ou 10 (dez) unidades e máximo de 300 (trezentos) quilogramas e/ou 1.000 (mil) unidades, podendo ser variável conforme o item, consumo e conforme a quantidade de itens vencidos pela empresa.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que



qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
TIPO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
CMEI	FELIPE ZELNER DA SILVA	RUA ELPIDIO SCHEVED, 068 – VILA FRANCA - CEP 83305-070 - FONE 3590-3939
CMEI	ANA MARIA	RUA BARÃO DO CERRO AZUL, 597 – CENTRO – CEP 83.301-000 – FONE: 3590-3922
CMEI	EXTENSÃO IRACY COSTA - DONA NENÊ	RUA NILZA GELINSKI DE FARIA, 817 PLANTA DEODORO – CEP 83.304-280 FONE: 3590- 3934
CMEI	IRACY COSTA - DONA NENÊ	RUA NILZA GELINSKI FARIA, Nº 760– PLANTA DEODORO - CEP 83304-280 – FONE: 3590-3934
CMEI	PINGO DE GENTE	AVENIDA GETULIO VARGAS, 325 – CENTRO – CEP 83.301-010 – FONE 3590-3902
CMEI	MARGARIDA ZENI	RUA ONDINA DE SOUZA, 103 – SÃO CRISTOVÃO – CEP 83.305-110 – FONE: 3590-3936
CMEI	CLODOMIRA DA LUZ SALDANHA	RUA ALTEVIR SCHULI DE AGUIAR, 200 – VILA ROSA – CEP 83304-010 – FONE: 3590-3926
CMEI	ARI BERALDIN	RUA BELO HORIZONTE, 46 - VILA MACEDO – CEP 83.303-130 – FONE: 3590-3924
CMEI	TIA ÂNGELA	RUA HERCULANO DE ARAUJO, 87 - VILA MILITAR - CEP 83.303.290 TEL:3590-3931
CMEI	CANTINHO DO BRINCAR	AVENIDA DAS ORQUIDEAS, 435 - GUARITUBA – CEP: 83.310-200 FONE: 3551-3860
CMEI	NOVO	RUA HEBERT TRAPP, 111 - GUARITUBA – PIRAQUARA - FONE: 3551-3860
CMEI	ADELA STEUCK LICKFELD	RUA RICHARD LICKFELD, Nº2.050 B – GUARITUBA – CEP 83.312-096 – FONE: 3551-3858
CMEI	JOSEPHINA DA SILVA KLUPPELL -TIA TOTO	RUA BETONEX, 2190 – PARQUE JARDIM HOLANDES - GUARITUBA – CEP 83.314-180 –FONE: 3551-3464
CMEI	NOSSA SENHORA APARECIDA	RUA FERNANDO TEIXEIRA NOGUEIRA, 422 – VILA SANTIAGO – CEP: 83.306-430 – FONE: 3590-3929



CMEI	CELY DE LARA BATISTA	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 229 – RECANTO DAS ÁGUAS – CEP 83.301-300- FONE: 3590-3925
CMEI	MARTIN MAZZON DE SOUZA TESSEROLLI	AVENIDA CENTENÁRIO DO PARANÁ, 365 - JARDIM BELA VISTA – FONE: 3590-3928
CEI	MENINO DEUS	RUA MARTIM AFONSO, 76 - JARDIM BELA VISTA – CEP 83.301-190 – FONE: 3673-3653
CMEI	IVONE MARTHA VILAR DEFERT	RUA HILDA BRAUM, 504 – JARDIM URUÇANGA - GUARITUBA – CEP 83.311-352 FONE: 3551-3859
CEE	ESCOLA ESPECIAL CRISTIANE PAMPUCH	RUA REINALDO MEIRA, S/N – VILA SÃO CRISTOVÃO – CEP 83.305-100 – 3590-3937
CMEI	JOÃO BATISTA SALGUEIRO-EI	AVENIDA SÃO ROQUE, Nº 650– JARDIM PRIMAVERA – CEP 83302-170 – 3590-3911
CMEI	BELMIRO VALVERDE JOBIN CASTOR	RUA: HEITOR PALLU, S/Nº-JARDIM DOS ESTADOS- CEP-83.308-450 3551-5219
CEE	APAE	RUA REINALDO MEIRA, S/N – VILA SÃO CRISTOVÃO – CEP 83.305-100 – FONE 3673-2769
CMEI	JUDITH DOS SANTOS PIRES	RUA: VEREADOR ORLANDO SANTANDER; Nº 707- RECANTO DAS AGUAS - CEP 83.301-040 FONE: 3590-3170
CMEI	ELENITA GASPAR DE MIRANDA SENTER	RUA JURI DANILENKO, 95 – PLANTA SANTA LUCIA – CEP 83.331-090 FONE:
CMEI	CMEI MADRE TEREZA	RUA JURI DANILENKO, S/N - GUARITUBA - CEP 83311-090
CMAEE	CMAEE GUSTAVO MAIER	RUA VENEZUELA,556- VILA MARIANA- GUARITUBA CEP 83.311-518TEL:3551-3421
CMAEE	CMAEE ALEX FIGUEIREDO	REINALDO MEIRA, 1050: SÃO CRISTOVÃO TEL: 35903938 FONE: 3590- 3937
ERM	BERNHARD JULG	RUA DAS ANDORINHAS, 3664 – PL G PEQUENA – GUARITUBA - CEP 83310-290 – FONE 3551-3854
ERM	HEINRICH DE SOUZA	RUA JURI DANILENKO, 3468 – BOSQUE TARUMÃ – CEP 83311-090 – FONE 3551-3907



EM	IDILIA ALVES DE FARIA	RUA PASTOR ADOLFO WEIDMANN, 49 – GUARITUBA – CEP 83.312-000 – FONE 3551-3852
ES	A MÃO COOPERADORA	RUA JOAQUIM SIMÕES, 666. JD TROPICAL. CEP 83.314-010 – FONE: 3667-4748
EM	MARILDA CORDEIRO SALGUEIRO	RUA PASTOR ADOLFO WEIDMANN, 2807 – GUARITUBA – CEP 83.312-000 – FONE 3551-3853
ERM	RUDI HEINRICHS	AVENIDA DAS ORQUIDEAS, 388 – GUARITUBA – CEP 83.305-580 – FONE 3551-3851
ERM	PADRE LOTÁRIO WELTER	RUA RICHARD LICKFELD, 491 – JARDIM TARUMÃ - GUARITUBA – FONE: 3653-0545
EM	JOMAR TESSEROLLI	RUA VERGINIO BATISTA DE SOUZA, 63 – JARDIM ÂNCORA – CEP 83.310-280 – FONE 3551-3855
EM	OLGA RIBAS MARTINS	RUA GLÓRIA, 156 – JARDIM SANTA MÔNICA – CEP 83.302-090 – FONE 3590-3918
EM	JOÃO BATISTA SALGUEIRO	AVENIDA SÃO ROQUE, S/Nº – JARDIM PRIMAVERA – CEP 83302-170 – 3590-3911
EM	HERMÍNIO DE AZEVEDO COSTA	RUA PORTO ALEGRE, 82 VILA VICENTE MACEDO – CEP 83.303-150 – FONE 3590-3908
ERM	CAPOEIRA DOS DINOS	RUA CAPOEIRA DOS DINOS, S/N – CEP 83.301- 970 - FONE 3590-3903
ERM	CARMELA DUTRA	RUA VAGNER LUIZ BOSCARDIN, S/Nº – ÁGUAS CLARAS - CEP 83309-030 – FONE 3590-3904
EM	DONA JULIA WANDERLEY	RUA VAGNER LUIZ BOSCARDIN, S/Nº – ÁGUAS CLARAS – CEP 83309-030- FONE 3590-3914
EM	GERALDO RODOLFO STEFEN CASAGRANDE	RUA REINALDO MEIRA, 1050 – VILA SÃO CRISTOVÃO – CEP 83.305-100 – FONE 3590-3905
EM	ANTONIO SCARANTE	RUA: ROSA ALVES PEREIRA, 625 – VILA FUCK – CEP 83.305-320 – FONE 3590-3919
EM	GUILHERME RIBEIRO	RUA ALEXANDRE BRASIL, 181 – VILA SUZI – CEP 83.304-210 – FONE 3590-3906
EM	IZAAK VICTOR PEREIRA	RUA TARUMÃ, 1111 – VILA SANTIAGO – CEP 83.306-430 – 3590-3910



EM	JOÃO MARTINS	RUA ARTHUR GONÇALVES MARTINS, 118 – VILA IPANEMA – CEP 83.301-030 – FONE 3590-3912
EM	EMILIA CAPELINI VALENGA	RUA DUARTE DA COSTA, 381 – JARDIM BELA VISTA – CEP 83301-070 - FONE 3590-3933
EM	MANOEL EUFRÁSIO	AVENIDA GETULIO VARGAS, 295 – CENTRO – CEP 83.301-010 – FONE 3590-3915
EM	MARLENE DO ROCIO LICHESKI DOS SANTOS	RUA NILZA GELINSKI DE FARIA, 560 – PLANTA DEODORO -CEP 83304-280 - FONE: 3590-3917
ES	ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ACRICA	RUA CUIABÁ, 275 – VILA VICENTE MACEDO – CEP 83.303-120 – FONES: TEREZINHA 9-9857-6000 OU CEZAR 9-9624-8280
ES	SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	RUA JURI DANILENKO, 3594. GUARITIUBA – FONE: 3557-3402
CEI	JOÃO PAULO II	RUA: ESTÉFANO KAVESKI, 65 - LARANJEIRAS- CEP 83.307-370 TEL 3399-5409
SMED	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	RODOVIA JOÃO LEOPOLDO JACOMEL, 4675 CEP: 83.301-000
SMED	DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	RODOVIA JOÃO LEOPOLDO JACOMEL, 3400 CEP: 83.301-000
E OUTROS LOCAIS A SEREM DETERMINADOS PELO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR.		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
TIPO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
ABRI	ACOLHIMENTO	TRAVESSA MARIA BEVERVANSO, 267 VILA JULIANA-PIRAQUARA/PR
CPOP	CENTRO POP	RUA FREI NICODEMUS GRUNDHOFF, 562 JARDIM ESMERALDA – PIRAQUARA/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
TIPO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
SMSA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	RODOVIA JOÃO LEOPOLDO JACOMEL, 4675 CEP: 83.301-000
CAPS	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL AD	RUA TENENTE ANTONIO CARDONA DE AGUIAR, 227, BAIRRO CENTRO, PIRAQUARA/PR.
CAPS	CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL II	RUA MARIA CAROLINA WILKE, 236, BAIRRO VILA JULIANA, PIRAQUARA/PR



ALM	ALMOXARIFADO CENTRAL	RODOVIA JOÃO LEOPOLDO JACOMEL, 1808 – JARDIM BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E IGUALDADE RACIAL		
TIPO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
SMCIR	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E IGUALDADE RACIAL	RUA ANGELO GALLI, Nº 12 - CENTRO - PIRAQUARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
TIPO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
SMDE	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 81 – CENTRO PIRAQUARA/PR – CEP 83301-010
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
TIPO	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
SMELJ	SECRETARIA MUNICIPAL ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	RUA MAL DEODORO DA FONSECA, Nº1951 PIRAQUARA/PR – CEP 83301- 620

5.4. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao exigido no descritivo complementar de cada item.

5.5. Critérios para aceitabilidade

5.5.1. Dos itens a serem entregues:

5.5.1.1. Todos os itens deverão atender a legislação vigente referente às embalagens, rotulagem, classificação, perecibilidade, controle de temperatura, transporte e acondicionamento;

5.5.1.2. Para fins de vistoria, recebimento provisório e definitivo, os itens passarão por análise sensorial, teste de cocção, classificação e demais análises para efetiva verificação de cumprimento aos descritivos do edital e termo de referência;

5.5.1.3. Persistindo dúvidas com relação a aceitabilidade dos itens, fica a critério do Departamento de Nutrição Escolar efetuar análises dos produtos e demais análises de qualidade, por meio de entidades oficiais ou laboratórios particulares de reconhecida idoneidade, para verificação da qualidade e das condições sanitárias dos produtos entregues que deverão estar de acordo com a legislação vigente e/ou deste edital.

5.5.2. Dos horários de entrega:

5.5.2.1. As entregas para a Secretaria Municipal de Educação deverão ocorrer das 07h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h30;

5.5.2.2. Para as demais secretarias deverão ocorrer das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

5.5.3. Das condições de entrega:

5.5.3.1. As entregas deverão ser parceladas, de forma fracionada conforme planilha de programação (ANEXO I) a ser enviada juntamente



com o pedido no prazo de 08 (oito) dias contados do (a) recebimento da nota de empenho;

5.5.3.2. Além da entrega nos locais indicados pelo MUNICÍPIO, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação;

5.5.4. Dos veículos de entrega:

5.5.4.1. O transporte deverá ser efetuado em veículo com carroceria fechada e a entrega deverá ser exclusiva de pães e bolos e/ou semiperecíveis;

5.5.4.2. O veículo deverá possuir Certificado de Inspeção Sanitária vigente concedida pela Vigilância Sanitária do município de origem dos veículos que serão utilizados para a distribuição dos produtos até os locais de entrega. (Resolução SESA – PR Nº 465 de 02/09/2013) e deverá ser apresentado sempre que solicitado;

5.5.4.3. Os veículos devem apresentar-se em bom estado de conservação, limpos, higienizados, organizados e livre de pragas e vetores, produtos tóxicos, substâncias e objetos estranhos à atividade, além de garantir a integridade e qualidade dos produtos transportados;

5.5.4.4. Os materiais utilizados para proteção e fixação de cargas (cordas, lonas plásticas, encerados e outros) devem ser íntegros e limpos;

5.5.4.5. Os itens e caixas não devem ser dispostos diretamente sobre piso do veículo, devendo estar sobre estrado que possa ser devidamente higienizado;

5.5.4.6. O veículo deverá estar provido de balança aferida pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) com validade de verificação, conforme Portaria nº 236 de 22 de dezembro de 1994, para conferência dos pesos dos produtos no ato da entrega em cada unidade.

5.5.5. Dos prepostos da empresa:

5.5.5.1. As entregas deverão ocorrer por pessoal devidamente uniformizado e identificado, com jaleco e protetor de cabelo (boné ou touca capilar), uma vez que os mesmos adentram a área de manipulação de alimentos nas unidades de ensino, devendo atender a RDC 216 de 15/09/2004 (em especial aos itens 4.6.5, 4.6.6 e 4.6.8 da resolução);

5.5.5.2. É proibido fumar nas dependências das instituições municipais (Escolas, CMEIs, Centros POP, CAPS, abrigo institucional, almoxarifado, etc.) e nos momentos de entrega;

5.5.5.3. Em atendimento ao disposto no artigo 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, deverá a empresa, no momento da assinatura da ata encaminhar relação dos prepostos que realizarão as entregas pela empresa, contendo dados completos (nome completo, RG e CPF) juntamente com Certidão Negativa Criminal emitida nos seguintes endereços:



- I - Certidão Federal emitida pela polícia federal (<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/>);
- II - Certidão Estadual emitida pela Polícia Civil (<https://www.atestados.pr.gov.br/solicitante/validar>);
- III - Pelo Fórum do município onde o profissional reside, com data de emissão inferior a 06 (seis) meses.

5.5.6. Dos critérios de aceite dos itens:

5.5.6.1. Os bens serão vistoriados no ato da entrega do objeto licitado, devendo o fornecedor comparecer nos endereços informados no pedido ou no departamento de nutrição escolar;

5.5.6.2. Para os itens entregues para a Secretaria Municipal de Educação, os bens serão VISTORIADOS no ato da entrega do objeto licitado, devendo o fornecedor comparecer no Departamento de Nutrição Escolar, Rodovia João Leopoldo Jacomel, 3400 - Jardim Esmeralda – CEP 83.302-000 às 07h15. Um membro da Comissão Permanente de Avaliação de Alimentos indicado pela portaria vigente, analisará uma amostra aleatória, onde o produto deverá atender rigorosamente a descrição constante no Termo de Referência;

5.5.6.2.1. Neste momento será realizada vistoria no veículo de entrega e nos itens a serem entregues, devendo ser preenchido lista de verificação (checklist) de recebimento (ANEXOII), onde serão verificadas as exigências constantes neste edital, termo de referência, proposta e contrato.

5.5.6.2.2. As amostras serão submetidas a análise sensorial, onde será verificado sua aparência, cor, odor, textura, tamanho e se está de acordo com as características gerais e organolépticas;

5.5.6.2.3. Este processo terá tempo estimado, mínimo, de 30 (trinta) minutos, podendo variar para mais ou para menos a depender da quantidade e itens a serem analisados;

5.5.6.2.4. As empresas serão atendidas por ordem de chegada;

5.5.6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital, Termo de Referência, proposta e na ata de registro de preços, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.5.6.3.1. O prazo informado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação expressa da empresa, com a devida justificativa;

5.5.6.4. Se os produtos e veículos atenderem todas as exigências do edital, a empresa receberá no ato autorização para entrega provisória dos itens;

5.5.6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente pelos servidores nos endereços informados no pedido e nas guias de entrega, verificando a quantidade, a apresentação geral do produto, a integridade das embalagens, a validade, e condições dos produtos e veículos;

5.5.6.6. Para os itens entregues para a Secretaria Municipal de



Educação, havendo ressalvas nas guias (ANEXO III), a empresa terá 24 (vinte e quatro) horas para realizar todas as entregas e, caso não sejam realizadas, a empresa será notificada;

5.5.6.7. Para os itens entregues nas demais secretarias, caso o produto não atenda a qualidade, quantidade e especificação, o produto será devolvido e o responsável pelo recebimento fará a ressalva no verso da nota fiscal e encaminhará ao responsável pelo pedido;

5.5.6.8. Havendo ressalvas, a empresa terá 24 (vinte e quatro) horas para realizar todas as entregas e, caso não sejam realizadas, a empresa será notificada;

5.5.6.8.1. O prazo informado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação expressa da empresa, com a devida justificativa;

5.5.6.8.2. Até a finalização das entregas, o material recusado será considerado como não entregue;

5.5.6.8.3. A regularização não ocorrendo dentro do prazo estipulado, a empresa será notificada;

5.5.6.8.4. A empresa deverá retornar no dia seguinte para finalizar as entregas pendentes, devendo realizar a vistoria dos itens e recebimentos provisórios elencados anteriormente e, caso não sejam realizadas, a empresa será notificada;

5.5.6.9. O prazo para recebimento provisório poderá variar em até 05 (cinco) dias a depender das análises e verificações a serem realizadas nos itens;

5.5.6.9.1. Ao final do prazo citado no subitem anterior, não havendo manifestação contrária ou ressalvas do fiscal da ata e/ou membro da comissão permanente de alimentos os itens serão considerados como recebidos;

5.5.6.10. Realizado a entrega, o responsável pelo recebimento irá assinar a nota fiscal;

5.5.6.11. Ao retornar para regularizar as entregas pendentes, a empresa deverá realizar a vistoria dos itens e recebimento provisório conforme elencados nos itens anteriores;

5.5.6.11.1. Até a finalização das entregas, o material recusado será considerado como não entregue;

5.5.6.12. Após todas as entregas serem realizadas nas instituições de ensino da Secretaria Municipal de Educação a empresa comparecerá até às 17h00 do mesmo dia no Departamento de Nutrição Escolar, Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, 3400 – Jardim Esmeralda – CEP 83.302-000 onde serão conferidas as guias de remessa;

5.5.6.13. Não havendo ressalvas, a nota fiscal será assinada e o produto considerado como entregue;

5.5.6.14. Caso o motorista não conclua as entregas no mesmo dia, o mesmo deverá retornar ao Departamento de Nutrição Escolar, onde serão conferidas as guias de remessa das instituições entregues, devendo retornar no dia seguinte para finalizar as entregas pendentes, a empresa deverá realizar a vistoria dos itens e recebimentos provisórios conforme elencados nos itens anteriores;



5.5.6.14.1. A regularização não ocorrendo dentro do prazo estipulado, a empresa será notificada;

5.5.6.15. Os bens serão recebidos pelos servidores DEFINITIVAMENTE nas instituições na data de uso do item, conforme descrito na planilha de pedidos (ANEXO I), caso o produto não atenda a qualidade, apresentação geral do produto e a especificação descrita em edital e termo de referência, sendo a empresa comunicada da irregularidade, devendo realizar a substituição do item em até 48 (quarenta e oito) horas;

5.5.6.15.1. Ao retornar para regularizar as inconformidades, a empresa deverá realizar a vistoria dos itens, recebimentos provisórios e definitivos conforme elencados nos itens anteriores;

5.5.6.16. O material recusado no item 5.5.6.15, será considerado não entregue;

5.5.6.17. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da contratada;

5.5.7. O Departamento de Nutrição Escolar poderá disponibilizar um guia para somente acompanhar a entrega, se julgar necessário;

5.5.8. A empresa não fará entregas no horário de almoço das instituições, compreendido das 12h00 às 13h00;

5.5.9. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade, técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente;

5.5.10. Todo o descarregamento bem como os custos de substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas será por conta da detentora da ata;

5.5.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata de registro de preços.

6. GARANTIA

6.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023, e demais regulamentos aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o protocolo eletrônico para esse fim, conforme previsto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná
Telefone: (41) 3590-3500 | www.piraquara.pr.gov.br





7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.6.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.7.1 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e



anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.7.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, conforme disposto no item 5.5.6.5., juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e ata.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e na ata, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá conforme disposto no item 5.5.6.15.

8.3.1. O ateste da nota fiscal para efetivação do recebimento definitivo, tão somente se dará após a data de uso dos itens.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. Do Decreto Municipal nº 11.985/2024.

8.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1 o prazo de validade;

8.10.2 a data da emissão;

8.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5 o valor a pagar; e

8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.13 A Administração deverá realizar consulta:

8.13.1 Ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.13.2 Aos cadastros abaixo elencados, para identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

c) Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016

d) Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR

8.13.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de



improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.14 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos art. Do Decreto Municipal nº 11.985/2024.

8.19 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, incidirá correção monetária desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo. Ainda, fica convencionado que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



9. SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE FORNECIMENTO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado, conforme cronograma.

10. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1 Para fins de habilitação jurídica deverão ser apresentados os documentos abaixo, conforme respectivo enquadramento:

10.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18/2020.

10.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

10.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880/2021.

10.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165).



10.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.1 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista deverão ser apresentados os documentos abaixo:

11.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.1.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente;

11.1.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão expedida pelo Município, do domicílio ou sede do proponente;

11.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;

11.1.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.2 Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1 Para fins de habilitação econômico-financeira deverão ser apresentados os documentos abaixo:

12.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

12.1.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;





12.2.3 As empresas criadas no exercício financeiro da apresentação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.2.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.2.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13. DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE ÀS COOPERATIVAS

13.1 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

13.1.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

13.1.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.1.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

13.1.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/1971, art. 107;

13.1.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.1.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.1.4 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. ESTIMATIVA DE VALOR

14.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.259.196,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.

14.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.



14.3 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

14.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.3.3. Na hipótese de previsão de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

14.3.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.4 Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis (06/02/2026).

14.4.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.4.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.4.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.4.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.4.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.4.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria	Órgão/Unidade	Despesa	Fonte	Saldo	Dotação
SMAS	13.003	425	1000	R\$ 100.000,00	3.3.90.30.00.00

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná

Teléfono: (41) 3590-3500 | www.piraquara.pr.gov.br





SMAS	13.003	435	934	R\$ 100.000,00	3.3.90.30.00.00
SMAS	13.003	440	933	R\$ 25.000,00	3.3.90.30.00.00
SMAS	13.003	443	940	R\$ 40.000,00	3.3.90.30.00.00
SMAS	13.003	449	941	R\$ 100.000,00	3.3.90.30.00.00
SMDE	09.001	147	1000	R\$ 26.936,01	3.3.90.30.00.00
SMDE	09.002	166	1000	R\$ 28.269,60	3.3.90.30.00.00
SMDE	09.003	199	1000	R\$ 50,00	3.3.90.30.00.00
SMCIR	14001	461	1000	R\$ 18.000,00	3.3.90.30.00.00
SMCIR	14001	489	1000	R\$ 12.000,00	3.3.90.30.00.00
SMELJ	22001	638	1000	R\$ 66.886,90	3.3.90.30.00.00
SMSA	11.001	283	303	R\$ 69.475,50	3.3.90.30.00.00
SMSA	11.001	327	303	R\$ 460.000,00	3.3.90.30.00.00
SMSA	11.001	327	493	R\$ 154.500,00	3.3.90.30.00.00
SMSA	11.001	327	494	R\$ 90.000,00	3.3.90.30.00.00
SMED	10.001	214	1000	R\$ 100,00	3.3.90.32.00.00
SMED	10.002	233	111	R\$ 850.000,00	3.3.90.32.00.00
SMED	10.002	233	107	R\$ 275.238,90	3.3.90.32.00.00
SMED	10.002	233	104	R\$ 1.000.000,00	3.3.90.32.00.00
SMED	10.002	233	103	R\$ 904.217,09	3.3.90.32.00.00
SMED	10.003	246	104	R\$ 1.700.000,00	3.3.90.32.00.00
SMED	10.003	246	103	R\$ 1.700.000,00	3.3.90.32.00.00
SMED	10.003	246	111	R\$ 1.000.000,00	3.3.90.32.00.00
SMED	10.003	246	107	R\$ 204.661,95	3.3.90.32.00.00

Piraquara, 07 de maio de 2026.



Rubian Mara de Paula
Secretária Municipal de Educação

Maria Cicarelli de Lima
Secretária Municipal de Assistência Social

Adriana Patricia Viana Rocha
Secretária Municipal da Cultura e Igualdade Racial

Pedro Alcindo Zaro
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

Joselei Inacio Vilas Boas
Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Fernanda Daher Sabatin Machado
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I – PLANILHA DE PROGRAMAÇÃO

Pedido de Pães Escolas Integrais e Infantil Rudi					
Item: Pão fatiado integral					
Entrega	30/ago	05/set	12/set	19/set	26/set
Instituição	Uso 01/09 e 04/09 Rudi uso 03 e 05/09	Uso 09/09 e 11/09 Rudi uso 11 e 12/09	Uso 16/09 e 18/09 Rudi uso 17 e 18/09	Uso 23/09 e 25/09 Rudi uso 24 e 25/09	Uso 30/09 e 02/10
Capoeira	6	6	6	6	6
Carmela	6	6	6	6	6
Geraldo	12	12	12	12	12
Idilia	12	12	12	12	12
Marila	8	8	8	8	8
Olga	6	6	6	6	6
Padre	12	12	12	12	12
Rudi	12	12	12	12	0
Total de pacotes	74	74	74	74	62
Total em kg	33,30	33,30	33,30	33,30	27,90
Vir. Total	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
Empenho	XXXX/2024				

ANEXO II – LISTA DE VERIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO



MUNICÍPIO DE
PIRAQUARA

Secretaria de
Educação

Check-List Pães							
Empresa: EMPRESA VENCEDORA	Data do pedido: 29/07/24	Previsão de entrega: 26/08	Data de entrega:	Horário de chegada:	Nº NF-e:	Placa do veículo:	
Ofício: XXXX/2024	Quem autorizou a troca de marca? Nome e assinatura					CMEI ()	Escola ()
Verificar							
1 - Foi coletada amostra? Sim () Não ()				5 - Veículo possui certificado de vistoria da Vigilância Sanitária? Sim () Não ()			
2 - Quem realizou a entrega está uniformizado (jaleco, boné ou touca)? Sim () Não ()				6 - Há outros tipos de produtos no veículo? Sim () Não ()			
3 - As embalagens estão em boas condições (lacradas, sem rasgos, limpas)? Sim () Não ()				7 - Todos os itens foram verificados? Sim () Não ()			
4 - As características do produto estão de acordo com o edital? Sim () Não ()				8 - Cerradura do veículo é fechada? Sim () Não ()			
Descrição	Marca	Qtd	Uso	Troca de marca?	Qtd entregue	Lote	Validade produto
ITEM LICITADO 1	XXXXX	74 pct 33,3 kg	27/08 e 28/08	Sim () Não ()			
ITEM LICITADO 2	XXXXX	74 pct 33,3 kg	27/08 e 28/08	Sim () Não ()			
Observações – detalhar aqui caso algum dos itens esteja fora das conformidades:							

Nome e assinatura responsável pelo preenchimento

Nome e assinatura responsável pela empresa

Nome e Ass. Fiscal

Departamento de Nutrição Escolar | Rodovia João Leopoldo Jacomet – PR 415, 4300 | Jardim Primavera - Piraquara - Paraná | Tel: (41) 3590.3800
www.piraquara.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE
PIRAQUARA

Secretaria de
Educação

Do retorno das guias
Data de retorno das guias:
Foram conferidas todas as guias? Sim () Não ()
Houve problemas na entrega? Sim () Não ()
Observações gerais:

Nome e assinatura responsável pelo recebimento e conferência das guias

Nome e assinatura responsável pela empresa

Nome e Ass. Fiscal

Departamento de Nutrição Escolar | Rodovia João Leopoldo Jacomet – PR 415, 4300 | Jardim Primavera - Piraquara - Paraná | Tel: (41) 3590.3800
www.piraquara.pr.gov.br

ANEXO III – GUIAS DE REMESSA

ESCOLAS

 MUNICÍPIO DE PIRAQUARA		DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
ORIGEM:		PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar	
DESTINATÁRIO		DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
EM:		Marlene Licheski	
ENDEREÇO		Rua Nilza Gelinski de Faria, 560 – Planta Deodoro - CEP 83304-280 - FONE: 3590-39	
Motivo		MODELO	
PRODUTOS REMETIDOS		UNIDADE PESO	TOTAL
ITEM LICITADO 1		KG	30
ITEM LICITADO 2		KG	28
ITEM LICITADO 3		KG	28
ITEM LICITADO 4		KG	30
PESO TOTAL:			116
AUTORIZAÇÃO		RECIBO	
Autorizo a remessa ou remanejamento dos alimentos acima especificados.		Recebi os alimentos acima especificados, por cuja guarda, conservação e aplicação me responsabilizo	
PATRICIA ARANTES DA LUZ p/ jaqueline		nome do responsável:	
data: 11/10/2022		data:	





CMEIS

		DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
MUNICÍPIO DE PIRAQUARA		PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar	
ORIGEM:	DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
DESTINATÁRIO	CMEI	Felipe zelner da Silva	
ENDEREÇO	Rua Elpidio Scheved, 068 – Vila Franca - CEP 83305-070 - Fone 3590-3939		
Motivo	MODELO	número	1/22
PRODUTOS REMETIDOS		UNIDADE	TOTAL
ITEM LICITADO 1		KG	4
ITEM LICITADO 2		KG	4
ITEM LICITADO 3		KG	6
ITEM LICITADO 4		KG	2
AUTORIZAÇÃO		RECIBO	
Autorizo a remessa ou remanejamento dos alimentos acima especificados.		Recebi os alimentos acima especificados, por cuja guarda, conservação e aplicação me responsabilizo.	
PATRICIA ARANTES DA LUZ P/ JAQUELINE		nome do responsável:	
data: 11/10/2022		data:	

ANEXO IV – CENTRO DE CUSTOS

CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
460380	PÃO BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA TIPO: TIPO FRANÇÊS/BRANCO/DE SAL - PÃO FRANCÊS, PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, FERMENTO, SAL, AÇUCAR, ÓLEO E AGUA. ISENTO DE GORDURA TRANS. NÃO DEVE CONTER LEITE NOS INGREDIENTES. PESO UNITÁRIO DE 50G. ASSADO UNIFORMEMENTE, NÃO QUEIMADO OU MAL ASSADO, COM CASCA LEVEMENTE CROCANTE E MIOLO COM TEXTURA MACIA E ELÁSTICA. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E	KG	10000	0	0	0	70	0	10070



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO E DEVIDAMENTE SELADA. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 3 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								
460386	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO: SEMI-DOCE, TIPO ADICIONAL: BISNAGA, CACHORRO QUENTE - PÃO DE LEITE, TIPO HOT DOG, PESO UNITÁRIO DE 50G. ASSADO UNIFORMEMENTE, DE TEXTURA MACIA. ISENTO DE GORDURA TRANS. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS,	KG	5000	0	0	1200	0	2200	8400



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA. PODENDO CONTER DE 20 A 30 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								
460402	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO REFINADA, TIPO: DE FORMA, TIPO ADICIONAL: DE LEITE, APRESENTAÇÃO: FATIADO, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL - PÃO DE LEITE PODENDO SER TIPO SANDUÍCHE, MANTEIGA, FORMA OU LANCHE, FATIADO, PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E	KG	5000	0	0	500	100	2200	7800



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	ACIDO FOLICO, FERMENTO, SAL, AÇUCAR, OLEO E LEITE. ISENTO DE AROMATIZANTES E DE GORDURA TRANS. DE TEXTURA MACIA, ASSADO UNIFORMEMENTE. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO, ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS, DEVIDAMENTE SELADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, EM EMBALAGEM DE ATÉ 500GR, COM VALIDADE MAXIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								
460403	PÃO, BASE: DE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, TIPO: DE	KG	300	0	0	3500	0	2200	6000



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	FORMA, APRESENTAÇÃO: FATIADO, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL - PÃO DE FORMA, INTEGRAL, FATIADO, PRODUTO PRECISAR TER NO MÍNIMO 30% DE INGREDIENTES INTEGRAIS E A QUANTIDADE DE INGREDIENTES INTEGRAIS DEVE SER SUPERIOR A DE INGREDIENTES REFINADOS CONFORME RESOLUÇÃO 712/2022. ISENTO DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, DE TEXTURA MACIA. ISENTO DE MOFO, BOLOR E ODORES ESTRANHOS. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,								



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM PESO MÁXIMO DE 500 GRAMAS, COM VALIDADE MAXIMA DE 15 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								
465634	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: CHOCOLATE, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: MÍNIMO 7, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, LEITE, OVOS, FERMENTO, SAL, NATA - BOLO SABOR CHOCOLATE, ISENTO DE CORANTES E SABORIZANTES, CONTENDO 50% DE CACAU. ISENTO DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE. ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS,	KG	2000	100	200	1200	100	1700	5300



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR, COM VALIDADE MÁXIMA DE 3 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								
476817F	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 48 HORAS - BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: CENOURA, FUBÁ, LARANJA OU MANDIOCA. FEITO COM ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS. ISENTO DE ADITIVOS E DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS, ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA	KG	2000	70	200	0	70	1900	4240



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	CONSTITUIDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR ASSADO UNIFORMEMENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 HORAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								
476817M	BOLO ALIMENTÍCIO, SABOR: VARIADO, TIPO: SEM RECHEIO, PRAZO VALIDADE: 48 HORAS - BOLOS SIMPLES EM SABORES VARIADOS, SENDO: MILHO. FEITO COM ALIMENTOS IN NATURA OU MINIMAMENTE PROCESSADOS E INGREDIENTES CULINÁRIOS. ISENTO DE ADITIVOS E DE GORDURA TRANS. ASSADO UNIFORMEMENTE, ISENTO DE MOFO, BOLOR, ODORES ESTRANHOS, ISENTO DE PARASITAS OU QUALQUER OUTRO TIPO DE IMPUREZAS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO	KG	2000	100	200	0	100	1900	4300



CATMAT	ITEM	UN ID AD E	SMA S	SM CI R	SM DE	SME D	SM EL J	SMS A	TOTA L
	QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS) OU QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA CONSTITUÍDA DE PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE. PESO MÁXIMO 1KG, EM EMBALAGEM RESISTENTE DE NO MÁXIMO 1 KG. ISENTA DE SUJIDADES E OU AÇÃO DE MICROORGANISMOS. DEVIDAMENTE SELADA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE, DEVENDO ATENDER A INSTRUÇÃO NORMATIVA 75/2020 OU POSTERIOR ASSADO UNIFORMEMENTE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 HORAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.								

ANEXO VI – REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS



MUNICÍPIO DE
PIRAQUARA

ILMO. SENHOR OFICIAL DO OFÍCIO DISTRIBUIDOR

REQUERIMENTO

Eu, _____
_____, portador(a) do RG nº _____
e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____

venho, por meio deste, **REQUERER** a expedição de certidão de antecedentes criminais para fins de cumprimento ao que exige o art. 59-A e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para fins de trabalho, de defesa de direitos e para esclarecimento de situação de interesse pessoal.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e que a certidão solicitada se destina ao fim acima mencionado, nos termos do art. 120, § 8º do Código de Normas do Foro Judicial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____/____/____.

Assinatura

Nome completo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
Av. Getúlio Vargas, 1990 | Centro - Piraquara - Paraná | Tel: (41) 3590.3500 |
www.piraquara.pr.gov.br





MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XX/2026
Pregão Eletrônico nº 18/2026
Processo Administrativo nº 63.492/2025

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.675/0001-67, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr., considerando a licitação na modalidade pregão sob nº 18/2026, na forma eletrônica, processo administrativo sob nº 63.492/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo resultado foi publicado no de/...../202....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 11.001/2023, no termo de referência, edital e nas demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços para a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para a aquisição de pães e bolos com entrega ponto a ponto visando suprir as necessidades das secretarias municipais de Piraquara, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de pregão nº 18/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, adjudicatário(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Adjudicatário razão social, CNPJ/MF, endereço, contato (e-mail e whatsapp), neste ato representado(a) por (nome, qualificação e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Un.	Quant.	Valor Un.	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.2.1 Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA(S) CONTRATAÇÃO(ÕES) E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta neste documento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do adjudicatário, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderão ser utilizadas as quantidades remanescentes ainda não consumidas, observados os limites originalmente registrados

3.1.1.1 A intenção de prorrogação e a manutenção ou redução do quantitativo deverão ser previamente e expressamente formalizadas no processo pelo(s) gestor(es) devidamente nomeado(s), e será, sequencialmente, repassada ao adjudicatário para a respectiva avaliação e anuência e/ou recusa.

3.1.2 O ato de prorrogação da vigência da ata indicará expressamente o prazo de prorrogação, vedada a renovação de quantitativos além daqueles originalmente registrados, admitindo-se apenas a utilização dos saldos remanescentes...

3.2 A(s) contratação(ões) com o(s) beneficiário(s) da ata será(ão) formalizada(s) por intermédio de instrumento contratual, e/ou emissão de nota de empenho de despesa, e/ou autorização de compra ou ordem de execução de serviço, ou outro instrumento hábil, seguindo-se as determinações do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 70, §1º do Decreto Municipal nº 11.001/2023, e conforme as correlatas regulamentações e prazos previstos no termo de referência.

3.2.1 O instrumento contratual será assinado, bem como os instrumentos equivalentes formalizados, no prazo de validade da ata de registro de preços.

4. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;





4.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.2 Os preços inicialmente registrados e/ou contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis (06/02/2026)

4.2.1 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do adjudicatário e/ou contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.2.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.2.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.2.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.2.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.2.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.2.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.3 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o adjudicatário não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, deverá requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação do fato superveniente que alega como causa da impossibilidade de cumprir o compromisso.

4.3.1 O adjudicatário deverá encaminhar, juntamente com o pedido de
Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná
Telefone: (41) 3590-3500 | www.piraquara.pr.gov.br





alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

4.3.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o adjudicatário deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

4.3.2.1 Na hipótese de cancelamento do registro nos termos do item anterior, serão convocados os participantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

4.3.2.2 Se não houver êxito nas negociações serão adotadas as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

4.3.3 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, este será atualizado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

4.4 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o adjudicatário será convocado para negociar a redução do preço registrado.

4.4.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o adjudicatário será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.4.2 Na hipótese de cancelamento do registro nos termos do item anterior, serão convocados os participantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

4.4.3 Se não houver êxito nas negociações serão adotadas as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro de preços será cancelado quando o adjudicatário:

5.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

5.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

5.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 75,

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná
Telefone: (41) 3590-3500 | www.piraquara.pr.gov.br





§ 2º, do Decreto Municipal nº 11.001/2023; ou

5.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho da autoridade máxima municipal, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.3 Na hipótese de cancelamento do registro de preço, serão convocados os participantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

5.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

5.4.1. Por razão de interesse público;

5.4.2 A pedido do adjudicatário, decorrente de caso fortuito ou força maior;

5.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 74, §1º e 75, §3º, ambos do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

6. DAS PENALIDADES

6.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

6.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, após terem assinado a ata.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega/execução e recebimento, as obrigações da Administração e do adjudicatário, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

7.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas



Prefeito Municipal e representante(s) legal(is) do adjudicatário